

PROGRAMA EMERGENCIAL DE MANUTENÇÃO DO EMPREGO E DA RENDA

Cria o Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda a ser pago pelo Governo Federal aos empregados através de acordos ou convenção coletiva em duas possíveis situações:

**REDUÇÃO
PROPORCIONAL DE
JORNADA DE TRABALHO
E SALÁRIOS**

**SUSPENSÃO
TEMPORÁRIA DO
CONTRATO DE
TRABALHO.**

Estas medidas poderão ser implementadas por meio de
* acordo individual* ou de negociação coletiva para
empregados nas seguintes faixas salariais:

- Igual ou inferior a três salários mínimos (R\$ 3.135,00;
- Igual ou superior a duas vezes o teto do INSS (R\$ 12.202,16) se portador de diploma de nível superior.

Para as demais faixas salariais as medidas somente
poderão ser implementadas por convenção ou acordo
coletivo, com exceção da redução de 25% que poderá ser
pactuada por acordo individual.

Quando o empregado não pode receber?

- Se estiver recebendo benefício de prestação continuada da previdência
- Se estiver no seguro-desemprego
- Se recebe bolsa de qualificação profissional do FAT

* **Alterado por decisão liminar na ADI 63630.**
Ver nota explicativa no fim deste infográfico